

NORMAS GRAMATICAIS: PROCEDIMENTOS E OBJETIVOS

GRAMMATICAL NORMS: PROCEDURES AND GOALS

Leandro Silveira de Araujo¹

Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - FCL/Araraquara.

(leandrocbt@msn.com)

RESUMO: Com esse trabalho, propomo-nos a refletir sobre dois modos antagônicos de proceder aos estudos gramaticais. Se, de um lado, deparamo-nos com uma abordagem tida como tradicional e marcada por uma prática prescritiva, desvinculada da realidade discursiva, de outro, encontramos uma abordagem preocupada essencialmente com o uso efetivo da língua e, por isso, atenta à heterogeneidade linguística e à riqueza de sentidos facultada pelos muitos empregos dos constituintes linguísticos. A partir da sensibilidade linguística de alguns cronistas, exporemos os procedimentos de ambas as abordagens e quais as conseqüências resultantes de cada uma das posturas. Assim, verificaremos a perspectiva prescritiva gerando uma prática excludente e limitadora, ao passo que na perspectiva descritiva, iremos nos deparar com uma prática libertadora e inclusiva.

Palavras-chave: Gramática; Descrição; Prescrição

ABSTRACT: In the current paper we intend to reflect on two antagonistic ways to proceed to the grammatical studies. On the one hand, we find an approach seen as traditional and marked by a prescriptive practice, unrelated to the discursive reality, on the other hand, we find an approach essentially concerned with the effective use of the language, and therefore attentive to the linguistic diversity and richness of meanings provided by the multiple uses of the linguistic constituents. From the linguistic sensitivity of some chroniclers, we are going to expose the procedures of both approaches and the consequences resulting from each posture. Thus, we are going to verify the prescriptive practice producing an exclusionary and limiting practice, whereas the descriptive perspective we must face a liberating and inclusive practice.

Keywords: Grammar; Description; Prescription

Posicionamentos gramaticais: delimitando a regência.

E vocês querem coisa mais importante do que gramática? *La grammaire qui sait régenter jusqu'aux rois* – dizia Molière: a gramática que sabe reger até os reis (SCLIAR, 2007, p. 10).

Como já havia observado Molière, e, mais recentemente, Moacyr Scliar (2007), a capacidade de alterar destinos, isto é, comportamentos e posições sociais, é uma atribuição que costumeiramente se associou à Gramática. Esse potencial parece decorrer da relação que presumidamente haveria entre gramática e língua e, por sua vez, desta com o homem. Tão próxima a ele e tão solícita a suas

¹ Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa.

necessidades, a língua, muitas vezes confundida equivocadamente com o manual tradicional de gramática, reveste-se de uma importância social valorativa, refletida, por exemplo, em asseverações muito recorrentes em nossa formação discursiva, tais como “o poder da palavra”, “somente pelo conhecimento da língua podemos ascender socialmente”, “a língua reflete o pensamento”, “sem o domínio pleno da língua, não se pode pensar bem”.

Contudo, antes de qualquer reflexão sobre a relação “Homem ⇔ Língua ⇔ Gramática”, torna-se imprescindível determinar o que se entende por gramática. Isso porque será a partir deste pressuposto que se irá configurando o “regime” gramatical. Com esse objetivo, vejamos como a versão digital do dicionário Houaiss (2001) define gramática:

1 conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada. 2 tratado descritivo-normativo da morfologia e da sintaxe de uma língua (ficando de fora, portanto, a fonética e a semântica). 3 livro, manual, tratado de gramática. 4 em linguística descritiva, estudo objetivo e sistemático dos elementos (fonemas, morfemas, palavras, frases etc.) e dos processos (de formação, construção, flexão e expressão) que constituem e caracterizam o sistema de uma língua. 5 modelo da competência linguística do falante nativo (HOUAISS, 2001, s/n).

Com exceção à definição 3², as demais acepções de gramática compartilham uma referência que remete ao trato da língua e seu funcionamento, em outras palavras, todas elas podem ser relacionadas a disciplinas que assumem a língua como objeto de estudos: seja por tentar prescrevê-la ou normatizá-la, seja por desejar descrevê-la objetivamente como um sistema ou, ainda, por entendê-la como um mecanismo inato empregado pelo falante nativo.

A relação inerente entre gramática e língua que figura nas simples definições apresentadas por Houaiss (2001) leva-nos facilmente à conclusão de que não é possível a existência da gramática sem a língua (relação língua ⇔ gramática). Deste modo, se por gramática entende-se o estudo do funcionamento da língua, a compreensão da concepção de língua que defende cada abordagem de estudo gramatical deverá ser uma eficiente bússola no desafio de entendermos porque “*la grammaire qui sait régenter jusqu’aux rois*”. Se aceitamos este pressuposto lógico,

² Acepção que não faz referência direta a uma *disciplina*, mas a um *suporte*, isto é, o meio em que os dados da disciplina são divulgados.

não somente a gramática, mas fundamentalmente a concepção de língua é “que sabe reger até os reis”.

Mas como essas abordagens gramaticais concebem a língua? Ora, se partimos da dicotomia prescritivo-normativo VS. descritivo verificada entre as acepções descritas por Houaiss (2001), encontramos, no primeiro grupo, um modelo de língua limitado por regras prescritivas que visam unificar a todo o grupo de falantes os padrões de uso de dada “língua”, repudiando e considerando errada qualquer realização que fuja de suas determinações.

No entanto, tal postura contraria a natureza da linguagem, haja vista que muitas vezes determina padrões artificiais não provenientes de uma análise objetiva do uso da língua. Assim, propicia-se, conseqüentemente, a percepção de uma língua estanque, homogênea, desvinculada do homem e de sua ação social (i.e. rompendo a relação homem↔língua), repressora, empobrecedora, anacrônica, generalizadora, contraditória, ou seja, não funcional.

A análise do quadro de pronomes pessoais da língua portuguesa esboçado pelos gramáticos brasileiros Sousa e Campedelli (2001, p.173 e 174) ou Bechara (2006, p. 164) serve-nos, dentre muitos outros, como um simples exemplo de como proceder ao estudo da língua tendo em vista essa abordagem gramatical prescritiva. Isso porque até mesmo um leitor menos atento pode facilmente se impressionar com a indicação dos pronomes **vós (vos)** e **tu (te, ti)** como pertencentes ao paradigma pronominal atual do português brasileiro. Soma-se aos trabalhos a ausência de qualquer menção aos pronomes **você, vocês, a gente**, entre outros.

O apagamento destas últimas três formas aliado à recorrente exposição daquelas indica-nos, equivocadamente, que os pronomes **tu** e **vos** são usados de forma generalizada no Brasil. A proceder dessa maneira, contradiz-se a realidade linguística nacional, isso porque a partir da observação dos usos efetivos do português brasileiro, comprovamos facilmente que a realização do pronome de segunda pessoa do plural **vós** já teve seu uso completamente substituído pela forma pronominal **vocês** e o **tuteo**³ tem seu uso restrito a algumas regiões brasileiras, sendo, em outras partes, substituído por **você**. Do mesmo modo, faz-se

³ Por *tuteo* entendemos o uso do pronome pessoal *tu* e a conjugação verbal em segunda pessoa do singular.

necessário relatar nestes manuais a variação de uso entre as formas de primeira pessoa do plural: **a gente/nós**. (ILARI; BASSO, 2007, p. 114-117).

Se, contudo, quiséssemos seguir a prescrição feita por Sousa e Campedelli (2001) ou por Bechara (2006), verificaríamos, em nossa epígrafe algo como:

(1) E **vós** quereis coisa mais importante do que gramática?

A troca do pronome **vocês** por **vós** poderia produzir, pelo menos, dois efeitos: o primeiro estaria relacionado a um tom de maior erudição, proveniente, talvez, do uso de uma estrutura arcaica, não comum à realidade linguística brasileira. O segundo, um estranhamento proveniente justamente do desuso desta forma no país.

Manipulações à parte, o texto legítimo do escritor gaúcho Moacyr Scliar (2007) comporta-se como um natural registro da língua ao mostrar-nos algumas variedades realizáveis em nosso país. Para pensarmos também na variação diatópica, atentemo-nos ao uso da forma pronominal (“tu”) e da conjugação verbal no presente do indicativo (“verás”, “és”, “sabes”, “conheces”) e imperativo (“dá”) de segunda pessoa do singular, recorrentes em algumas variedades da região de Moacyr Scliar – sul do Brasil:

“Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste!
Criança – Não verás nenhum país como este!
Dá agora! Dá agora, se tu és homem! Dá agora, quero ver!”
- “Alice tu sabes – tu me conheces [...]” (SCLIAR, 2007, p. 10).⁴

Notemos, ainda, que o uso de **tu/você** e **vos/vocês** – paradigmas pronominais que, no português brasileiro, estabelecem uma relação de variação diatópica e substituição (mudança), respectivamente – são facilmente reconhecidos por falantes nativos possuidores das mais distintas características sócio-cognitivas. Isto se deve ao fato de compartilharmos uma competência linguística que envolve tanto conhecimentos intrínsecos ao sistema da língua como externos a ele.

Tendo em vista esta complexidade que envolve a língua – sistema linguístico heterogêneo utilizado por um grupo de indivíduos com características

⁴ Grifo nosso.

igualmente diversificadas – é que a segunda concepção de língua se constitui. Assim, atenta à dinamicidade natural da linguagem, propõe-se a descrever a língua em uso a fim de propiciar o conhecimento de seu funcionamento, de sua natureza, de suas manobras e de sua interface com o grupo que a constitui.

Hjelmslev (1975) sintetiza a concepção da língua reservada a essa abordagem gramatical:

[...] a linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. [...] A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento [...]. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas (HJELMSLEV, 1975, p.1).

Uma vez inseparáveis, conceber a linguagem sem o ser humano que a utiliza (**relação língua↔homem**) torna-se incabível nessa perspectiva. Diante de tamanho vínculo, é natural que venham impressas na língua, como afirmou Hjelmslev (1975), marcas provenientes das características do indivíduo e de comunidades em que se insere – esse é o caso, por exemplo, do **tuteo**, no fragmento anterior.

Assim, diferentemente do que mostra a primeira perspectiva, nesta abordagem a língua é imanentemente heterogênea, múltipla e variável, proporcionando um “estado” de fazer permanente que reproduz a dinamicidade social presente em todas as comunidades. A relação existente entre língua e seus falantes nativos é tão intrínseca que reproduz todo o agir do homem e suas constantes mudanças. Assim, vista como uma entidade viva, a língua viabiliza uma prática libertadora, possibilitando que o falante se expresse naturalmente em meio a essa heterogeneidade e multiplicidade de opções.

A língua do dia e a língua da noite: escolhas da abordagem gramatical.

Ilustrando o modo como as concepções gramaticais procedem ao estudo da linguagem, o cronista André Laurentino (2007), em **A lua da língua**, vale-se de uma sensibilidade metalinguística que resgata, através de metáforas, o duplo comportamento que parece assumir a língua em resposta ao modo como a

observamos. A metáfora instaura-se na polarização do dia em duas fases. Sobre a primeira, o cronista afirma:

Existe uma língua para ser usada de dia, debaixo da luz forte do sentido. Língua suada, ensopada de precisão. Que nós fabricamos especialmente para levar ao escritório, e usar na feira ou ao telefone, e jogar fora no bar, sabendo o estoque longe de se acabar. Língua clara e chã, ocupada com as obrigações de expediente, onde trabalha sob a pressão exata e dicionária, cumprimentando pessoas, conferindo o troco, desfazendo enganos, sendo atenciosamente sem mais para o momento. É a língua que Cristina usou para explicar quem quebrou o cabo da escova na pia do banheiro, num dia de sol em Fortaleza. Ou a língua empregada pelas aeromoças nos avisos mecanicamente fundamentais. Língua comum; mútua e funcionária. Língua diária; isto é, língua à luz do dia. (LAURENTINO, 2007, p. 96).

Vejamos que a língua do dia (alvo da perspectiva descritiva) tem um caráter funcional, pois é regida pelo sentido que se quer dar a cada um dos seus elementos nas diversas situações de interação linguística que vivenciamos. Nela o falante sabe que pode encontrar ferramentas que geram precisão comunicativa no cumprimento de suas necessidades rotineiras. Para obter êxito em sua interação, o indivíduo considera a complexidade extra-linguística envolvida no momento de enunciação, seleciona elementos que estão disponíveis no sistema de sua língua, encaixa-os no enunciado a fim de obter determinados efeitos de sentido, imprime no texto seu estilo e, por fim, fabrica naturalmente discursos que levará para as mais variadas esferas sociais.

É evidente que, como membro de uma sociedade, o usuário da língua reconhece e manuseia um conjunto de normas criado de forma coletiva e natural pela soma de todos os membros que o rodeia. Sob este ponto de vista, adquirir uma gramática:

[...] refere-se especialmente à capacidade que todo falante tem de, jogando com as restrições de sua língua materna, proceder a escolhas comunicativamente adequadas, operando as variáveis dentro do condicionamento ditado pelo próprio processo de produção. Isso significa dizer que não há discurso sem gramática, mas que também não há gramática sem discurso. (NEVES, 2003, p.85)

Neste ponto, já se mostra clara a postura de não conceber gramática distante do discurso, isto é, do uso efetivo da língua. Portanto, a preocupação fundamental passa a ser entender como os fatos linguísticos se relacionam e

produzem diferentes efeitos de sentido segundo a situação enunciativa presente. O gramático, nesta abordagem, não pode simplesmente criar padrões de uso para a língua, pois só “na sua fase sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos” (NEVES, 2003, p. 85).

Assim, torna-se fácil entendermos que a língua não limita o homem, mas está à disposição dele e se encaixa nas diversas situações do dia. É nesse sentido que esperamos que a variedade linguística empregada em nossa esfera de trabalho seja diferente daquela empregada na interação verbal com nossos filhos, pais ou amigos. Do mesmo modo, deduzimos que, para cada situação frequentemente vivenciada, estruturamos tipos relativamente estáveis de enunciados – denominados gêneros do discurso⁵ (Bakhtin, 1997).

Em síntese, a língua do dia está exposta às mais diversificadas situações de interação humana (trabalho, relacionamentos amorosos, compras, sala de aula, etc), é usada por indivíduos com maior ou menor escolarização, de faixas etárias e origens geográficas diferentes, e em modalidades muito particulares (escrita e fala), contudo, mesmo em meio à tamanha heterogeneidade, mantêm-se “clara, mútua e funcionária”.

Atentando-nos à seleção lexical associada ao polo da **língua do dia**, encontramos os seguintes grupos de palavras: (1) **uso (usada, usou), suada, funcional, funcionária** (2) **dia, luz, precisa, clara, chã**, (3) **comum, mútua**. Palavras de valoração positiva e que apontam à (1) funcionalidade, à (2) clareza e à (3) coletividade eminente a toda língua.

Por sua vez, o segundo polo, da língua do entardecer/anoitecer (alvo de admiração da abordagem **prescritivo-normativa**), apresenta-nos um cenário mais depressivo, conforme se lê na crônica de André Laurentino (2007)

[...] Calar, a tarde não se cala, mas diz menos o que veio a dizer. Por isso, poucas vezes se usa esta língua rouca do ciclar das cigarras [...].

Pois quando a língua em si mesma anoitece, o escuro espatifa o sentido. O sol, esfacelado, vira pó. E a linguagem se perde dos trilhos de por onde ir. Tateia, titubeia e, com alguma sorte, tropeça, esbarrando em regras, arrastando a mobília das normas, e deixando

⁵ Este fenômeno sócio-cultural, resultado do trabalho coletivo, auxilia na ordenação e estabilização das atividades comunicativas diárias. Não é um molde estanque, mas reflete, do mesmo modo que a língua, o desenvolvimento do homem e suas adequações a diferentes meios (MARCUSCHI, 2005, p. 19).

no carpete apenas as marcas de onde um dia estiveram outros móveis. À noite sonha nossa língua. (LAURENTINO, 2007, p. 96).

Notemos que nesse polo, a língua é menos usual, “diz menos”, sua expressividade iminente é “enrouquecida” e, em consequência, seu sentido é “esfacelado”. “Regras e normas” tentam dizer como se comportar, mas, já despreendida de seu mundo – a interação humana – a língua perde seu sentido, sua função. O que se vê neste protótipo de língua é somente marcas, fragmentos de algo que já não vive, mas dorme. Na noite, a língua não é real, está no nível do sonho e sujeita à vontade do inconsciente (prescrição). Cria-se um mundo à parte onde o até então irrealizável pode acontecer e ser visto com normalidade.

Deste lado, palavras como entardecer/tarde, anoitecer/noite, escura, angústia, sombra, memória, triste, migalha, menos, rouca, espatifa, pó, perder-se, titubear, tropeçar, regra, norma, preto, vazia, vaga, dão um caráter negativo ao polo em que a língua é contemplada pela perspectiva prescritiva. Isto é assim porque os comportamentos naturais do ser vivo são engessados e limitados, sua integridade é espatifada, de modo que só conhecemos migalhas de sua essência. Em resposta, a língua sente-se angustiada, triste, tropeça, mas não reage enquanto não vem o dia. Será em nossas bocas, somente, que a língua passará a existência: “Quando abrimos a boca, a língua amanhece” (LAURENTINO, 2007, p.98).

Noite e dia definem as duas concepções de língua que desde o início temos contrastado e, como afirmamos, serão elas que nos indicarão como a gramática rege até mesmo reis. Na noite, encontramos uma língua criada e gerida por forças prescritivas e normativas, que impõe um conjunto de regras que muitas vezes não são praticáveis. Este arquétipo de língua é resultado do trabalho desenvolvido pelo modelo de gramática mais comumente disseminado pelo Brasil, no qual, apresenta-se um estudo pouco funcional, mecânico, artificial, regido por taxonomias e distante de reflexões sobre a linguagem e seu uso. A atitude assumida pela gramática normativa possibilitou a atribuição de um valor negativo ao estudo da língua (gramática).

Por sua vez, no dia, a língua passa a ser contemplada nas práticas discursivas de seu povo e, por isso, se reconhece que o único determinante da linguagem é o indivíduo em interação com a coletividade com que se relaciona. Uma disciplina que se volta ao estudo metalinguístico dentro destes pressupostos teóricos

não se engajará na formulação e imposição de regras, mas em descrever como se organiza sistemicamente essa heterogeneidade linguística:

A concepção básica de gramática é a de um sistema de princípios que organiza os enunciados, pelo qual, naturalmente, os falantes nativos de uma dada língua se comunicam nas mais diversas situações de uso. (NEVES, 2003, p. 80).

A partir da descrição dos enunciados, o investigador e o estudante passam a entender e refletir sobre o modo como, na enunciação, instauram-se naturalmente as mais diversas relações linguísticas a fim de produzir efeitos de sentido.

Tendo visto que a função do estudo gramatical é “explicitar o funcionamento da linguagem” (NEVES, 2003, p.80), passemos a refletir sobre o mote “La grammaire qui sait régenter jusqu’aux rois” (“gramática que sabe reger até os reis”).

Regendo o destino: tarefas da Senhora Gramática.

Como nos descreve Hjelmslev (1975), existe uma inextricável ligação entre o homem e a linguagem (relação homem↔língua), que inclusive nos leva a indagar se a língua simplesmente reflete as peculiaridades de cada indivíduo ou se ela seria “a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas” (HJELMSLEV, 1975, p.1).

O ser humano não é desatento aos favores que lhe presta a língua – tanto é assim que escutamos frequentemente asseverações como as vistas no primeiro parágrafo deste trabalho. Entretanto, parece que, na maioria das vezes, nossa percepção da língua fica limitada a um conjunto de regras impraticáveis e difundidas por um manual normativo, conhecido popularmente como gramática. Como resultado, cremos, ou somos levados a crer pelas instituições promotoras desse conhecimento, que o povo não sabe falar, que aprender língua é algo muito difícil, que devemos falar como escrevemos ou que para aprendermos falar bem é necessário dominar a norma-padrão (BAGNO, 2009).

Esta crença é nada menos do que o reflexo de uma prática gramatical que visa à homogeneização linguística, que estabelece regras com pouco domínio social e que, ao invés de propor um estudo reflexivo e acessivo a **todo** o país, cria

uma Santa Inquisição⁶ que investiga e pune os ditos “maus” usuários do próprio idioma materno. Nessa caça ao “perversor” da linguagem, ganha-se a vida, por exemplo, com comentários preconceituosos em relação aos discursos feitos pelo ex-presidente da república do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. Durante toda sua gestão, muito se comentou sobre o supostamente “fraco” desempenho do mandatário no uso da norma difundida pela gramática tradicional. No entanto, poucos observaram que também por seu discurso, o chefe de estado aproximava-se das classes baixas e médias, possibilitando – junto a outros fatores – um desempenho político que permeou os oitenta por cento de aprovação (LEITE, 2008).

Se até Luis Inácio Lula da Silva, personalidade de significativa representatividade política em nosso país, foi alvo de uma contínua e violenta prática cujos limites estendem-se para além do julgamento de uma conduta linguística⁷, pensemos na quantidade de brasileiros que diariamente são marginalizados por desconhecer uma suposta língua que escapa à realidade do uso que cotidianamente vivencia. Esse é o comportamento que acaba promovendo a primeira abordagem gramatical da língua (prescritiva-normativa). Seu regime é ditatorial, preconceituoso, intolerante, irracional, características que culminam na marginalização e exclusão de sujeitos que não a manuseiam.

Por outro lado, a segunda concepção de língua (descritiva) possibilita uma gramática de práticas reflexivas e libertadoras. Nela, “qualquer falante de uma língua é competente para produzir e entender enunciados dessa língua, num amadurecimento natural” (NEVES, 2003, p. 79), até porque não é memorizando um manual de gramática que uma criança começa a falar, mas sim pela interação com sua comunidade linguística.

Uma gramática que observa o funcionamento da língua não impõe regras rígidas e arbitrarias, mas nos revela como o sistema linguístico se organiza a fim de nos oferecer todo o repertório necessário para nos expressar nas diversas situações discursivas. Assim, no âmbito escolar, sua função será sensibilizar o estudante da potencialidade que tem sua língua materna e dos efeitos de sentido que cada um de seus constituintes lhe pode oferecer.

Nesta abordagem gramatical, em que a língua está naturalmente

⁶ Manifestada na imprensa, na escola, na literatura, entre outros.

⁷ Isso se deve a que, como vimos, a relação entre língua e homem é inevitável. Deste modo, portanto, uma apreciação da língua conduz a uma apreciação do sujeito, seja ela respeitosa ou intolerante.

vinculada ao homem, o indivíduo não é mais limitado por regras artificiais. Pelo contrário, adquire liberdade à medida que se conscientiza da pluralidade e potencialidade de seu idioma. Assim, sua prática libertadora resulta do avanço do conhecimento metalinguístico, que, por sua vez, concederá ao sujeito liberdade/capacidade linguística para transitar livremente pelas novas práticas discursivas que vivenciará nas etapas futuras de sua vida. É por isso que atribuímos a essa abordagem gramatical uma regência libertadora, que leva o falante a caminhos até então desconhecidos e lhe aporta ferramentas que possibilitam uma eficiente atuação e interação com o mundo por vir.

Para viabilizar a ampliação do conhecimento que tem o usuário de sua língua, a escola deve, por exemplo, valer-se de gêneros discursivos que sejam novos no mundo do falante. Desta maneira, a instituição conseguirá lhe apresentar novas esferas de atuação e, ao mesmo tempo:

[...] manter o cuidado com a adequação social do produto linguístico de seus alunos, isto é, ela tem de garantir que seus alunos entendam que têm de adequar registros, e ela tem de garantir que eles tenham condições de mover-se nos diferentes padrões de tensão ou de frouxidão, em conformidade com as situações de produção. (NEVES, 2003, p.128).

Por fim, observar como esta perspectiva gramatical concebe a língua capacita-nos até mesmo compreender o fazer poético, em que a língua é levada a condições extremas de expressividade. Dessa maneira, a língua caminha por seus sentidos metafóricos e, como na crônica que nos serviu de mote, a arbitrariedade dos signos linguísticos pode ser rompida e ampliado seu uso.

Referências

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 51 ed. São Paulo: Loyola.
- BAKHTIN, M. Os Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BECHARA, E. **Moderna gramática do português**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R., BASSO, R. **O português da gente**. São Paulo: Contexto, 2007

LAURENTIANO, A. A lua da língua. In: CAMPOS, C. L. S., SILVA, N. J. (Orgs.). **Lições de gramática para quem gosta de literatura**. São Paulo: Panda Books, 2007. Cap. 19, p. 96-98.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

SCLIAR, M. Ai, gramática. Ai, vida. In: CAMPOS, C. L. S., SILVA, N. J. (Orgs.). **Lições de gramática para quem gosta de literatura**. São Paulo: Panda Books, 2007. Cap. 01, p. 10-14.

SOUSA, J. B. de, CAMPEDELLI, S. Y. **Minigramática**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

NEVES, M.H. de M. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.